



MOÇÃO

Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local

Considerando que:

1. O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:

- a. A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;
- b. A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;
- c. O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de "consolidação orçamental" como ataque rendimentos do trabalho;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT. 250 SG/DAOSM/GAAM/ 13

DATA 25/11/13

(10H)

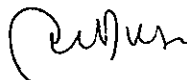
- d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.
2. O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:
- a. A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;
  - b. Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.
  - c. A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;
  - d. A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.
- b) Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.

- c) Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



Ana Drago

Lisboa, 26 de novembro de 2013

Exmº Senhor
Manuel Machado
M.I. Presidente da Associação Nacional de
Municípios Portugueses - ANMP
Avenida Dr. Marnoco Sousa 52
3000-271 Coimbra

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1382/AML/13

Data
05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local

Considerando que:

1. *O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:*
  - a. *A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;*
  - b. *A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;*
  - c. *O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT. 2837 /SG/DAOSM/GAAM/ 13

DATA 20/12/2013

1403

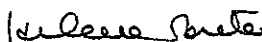
- d. *Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.*
- 2. *O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:*
  - a. *A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;*
  - b. *Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.*
  - c. *A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;*
  - d. *A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.*

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) *Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.*
- b) *Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.*
- c) *Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social.”*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr.ª Heloísa Apolónia
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido
Ecologista "Os Verdes"

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1381/AML/13

Data
05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local

Considerando que:

- 1. O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:*
  - a. A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;*
  - b. A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;*
  - c. O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;*
  - d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.*

Proc. _____

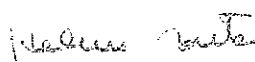
2. *O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:*
- a. *A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;*
  - b. *Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.*
  - c. *A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;*
  - d. *A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.*

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) *Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.*
- b) *Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.*
- c) *Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social."*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Exmº Senhor
Dr. Pedro Filipe Soares
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Bloco
de Esquerda

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1380/AML/13

Data
05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

***“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local*”**

Considerando que:

1. O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:

- a. A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;*
- b. A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;*
- c. O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;*
- d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.*

Proc. _____/_____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

PRESIDENTE

2. *O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:*
- a. *A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;*
  - b. *Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.*
  - c. *A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;*
  - d. *A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.*

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) *Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.*
- b) *Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.*
- c) *Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social."*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente

Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Dr. Nuno Miguel Miranda de Magalhães
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do CDS-
PP

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1379/AML/13

Data
05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local

Considerando que:

1. O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:

- a. A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;
- b. A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;
- c. O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;
- d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.

Proc. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISBOA

PRESIDENTE

2. *O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:*
- a. *A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;*
  - b. *Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.*
  - c. *A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;*
  - d. *A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.*

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) *Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.*
- b) *Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.*
- c) *Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social."*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente

Helena Roseta

CV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
PRESIDENTE

Exmº Senhor
Dr. João Oliveira
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido
Comunista Português

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1378/AML/13

Data
05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

***“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local*”**

Considerando que:

1. O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:

- a. A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;*
- b. A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;*
- c. O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;*
- d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.*

Proc. _____/_____

2. *O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:*
- a. *A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;*
  - b. *Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.*
  - c. *A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;*
  - d. *A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.*

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) *Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.*
- b) *Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.*
- c) *Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social."*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

Exmº Senhor
Dr. Alberto de Sousa Martins
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido
Socialista

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1377/AML/13

Data
05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

***“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local*”**

Considerando que:

- 1. O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:*
  - a. A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;*
  - b. A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;*
  - c. O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;*
  - d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.*

Proc. _____/_____

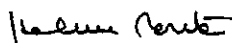
2. *O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:*
- a. *A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;*
  - b. *Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.*
  - c. *A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;*
  - d. *A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.*

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) *Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.*
- b) *Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.*
- c) *Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social."*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

Exmº Senhor
Dr. Luís Filipe Montenegro Cardoso de
Morais Esteves
M.I. Líder do Grupo Parlamentar do Partido
Social Democrata

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/1376/AML/13

Data

05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local

Considerando que:

1. O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:

- a. A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;
- b. A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;
- c. O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;
- d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais queimados e os cada vez menos que podem sempre mais.

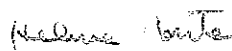
2. *O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:*
- a. A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;*
  - b. Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.*
  - c. A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;*
  - d. A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.*

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.*
- b) Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.*
- c) Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social.”*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

Exm^c Senhor
Dr. Pedro Passos Coelho
M.I. Primeiro Ministro

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1375/AML/13

Data
05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Excelência,

Levo ao conhecimento de V^a Excelência, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local

Considerando que:

1. O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:

- a. A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;
- b. A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;
- c. O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a, o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;
- d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA

2. *O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:*
- a. *A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17,6 milhões de euros no quadro do IRS;*
  - b. *Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.*
  - c. *A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;*
  - d. *A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.*

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) *Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.*
- b) *Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.*
- c) *Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social."*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente

Helena Roseta

CV

Exmº Senhor
Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva
M.I. Presidente da República

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1374/AML/13

Data
05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Excelência,

Levo ao conhecimento de Vª Excelência, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local

Considerando que:

1. O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:

- a. A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;
- b. A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;
- c. O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;
- d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.

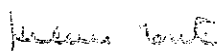
2. *O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:*
- a. *A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;*
  - b. *Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.*
  - c. *A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;*
  - d. *A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.*

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) *Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.*
- b) *Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.*
- c) *Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social."*

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

Exmº Senhor
Dr. Fernando Medina
M.I. Vereador da Câmara Municipal de
Lisboa

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/1373/AML/13

Data
05-12-2013

Assunto: Sessão Assembleia Municipal de Lisboa de 26-11-2013 - Moção nº 10

Levo ao conhecimento de Vª Exª, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 26 de Novembro, aprovou por maioria uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, que abaixo se transcreve

***“Repúdio pelo Orçamento do Estado para 2014: um programa de empobrecimento com consequências para a autonomia local*”**

Considerando que:

1. *O Orçamento do Estado para 2014 insiste numa estratégia errada que acentua as desigualdades e fragiliza a economia:*
  - a. *A austeridade já provou não ser uma solução para os problemas financeiros do país, pelo contrário. Apesar de nos últimos 2 anos terem sido retirados 15 biliões de euros à economia em cortes e aumentos de impostos, a redução do défice ficou-se pelos 3 biliões. A par com a sistemática incapacidade para atingir as metas definidas para o défice, e face ao peso dos juros, combinado com o efeito da recessão económica provocada pela própria austeridade, a dívida não parou de crescer: mais 24 mil milhões nos últimos 2 anos;*
  - b. *A austeridade não pode garantir a sustentabilidade das contas públicas porque, ela própria, coloca em causa a sustentabilidade da economia ao provocar recessão e desemprego. No final de 2014 a taxa de desemprego real ultrapassará os 20% e o país terá perdido, desde 2011, 9 biliões em riqueza às mãos da recessão;*
  - c. *O Orçamento do Estado para 2014 insiste na estratégia errada do passado, e acentua-a. o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho;*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENC. 273 SG/DAOSM/GAAM/ **B**

DATA **18/12/2013**

_____
Mos

- d. Ao escolher exigir apenas 4% da fatura do “ajustamento” aos grandes grupos económicos, o Orçamento cava o fosso entre os cada vez mais que nada podem, e os cada vez menos que podem sempre mais.
2. O Orçamento do Estado para 2014 coloca em causa a autonomia dos municípios, bem como a sua sustentabilidade financeira:
- a. A ANMP considera que se verifica no Orçamento de Estado para 2014, em relação às transferências do Estado para os municípios em 2013, uma redução de 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17.6 milhões de euros no quadro do IRS;
- b. Ainda de acordo com a ANPP, ficou desde o início da alteração à Lei das Finanças Locais subjacente a manutenção do valor transferido para os municípios, tendo este princípio sido assumido pelo governo.
- c. A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), constituindo esta retenção uma receita própria da DGAL, não competindo aos municípios o financiamento e o funcionamento dos organismos da administração central, consistindo, por isso, numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático;
- d. A verba retida representa uma importante fatia na quebra de receitas dos Municípios com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26/11/2013, delibera:

- a) Manifestar o seu forte repúdio contra as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, uma vez que traduzem um plano de empobrecimento e agravamento das desigualdades sem que, com isso, resolvam qualquer problema económico ou financeiro do país.
- b) Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de retenção de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.
- c) Depois de aprovada, enviar esta moção ao Presidente da República, ao 1º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP, à AMAL e aos órgãos de comunicação social.”

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

CV